



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DISCIPLINA: PLANEJAMENTO E ASSESSORIA TÉCNICA
CARGA HORÁRIA: 60h
DOCENTE: MÁRCIO C. CARLOMAGNO
E-mail: marciocarlomagno@gmail.com

PLANO DE ENSINO (2019.2)

EMENTA

Diferentes perspectivas teóricas do planejamento na sociedade industrial. A prática do planejamento no Brasil. O processo decisório na administração pública e privada. Burocracia especializada. Assessoria política. Administração e política. Análise de conjuntura política. Planejamento no âmbito nacional, regional e local. Avaliação de projetos de intervenção.

OBJETIVOS

Apresentar uma visão geral dos principais conceitos, temas e problemas em planejamento e assessoria técnica na política. Prover aos discentes instrumentos intelectuais, conceituais, analíticos e metodológicos para que possam compreender e produzir análises nesta temática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1

Sociedade e organizações

- i) O Estado e a organização burocrática
- ii) Conceito, características e tipologia de planejamentos
- iii) Planejamentos ortodoxo, estratégico situacional e participativo.

UNIDADE 2

Planejamento no Brasil

- iv) A prática do planejamento no Brasil: história e fases

UNIDADE 3

Administração Pública e Burocracia

- v) O processo decisório na administração pública
- vi) Formulação e análise de políticas públicas
- vii) Orçamento público, ciclo orçamentário e processo legislativo

UNIDADE 4

Assessorias Políticas

- viii) Assessoria política e representação política
- ix) Cargos em comissão no Brasil
- x) Assessorias parlamentares e outros tipos de assessorias

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialógicas; debates; resolução de problemas; estudos dirigidos; apresentação de seminários, entre outras ferramentas que venham a surgir no processo educacional.

AVALIAÇÃO DO SEMESTRE

Conforme a legislação vigente (Resolução 177/2012 – CEPEX/UFPI) serão realizadas três (3) avaliações. A avaliação será orientada, conforme o Projeto Pedagógico do Curso, pelos critérios que norteiam este processo: instrução, supervisão e cooperação. Entende-se que o processo de ensino-aprendizagem é uma relação dinâmica e que cada indivíduo possui capacidades de manifestar seu aprendizado de forma distinta de outros. Desta forma, pretende-se ofertar diferentes oportunidades para que os discentes demonstrem seu aprendizado, de natureza variada uma da outra.

a) Leituras e estudos dirigidos, em que os estudantes apresentarão, em forma oral (“seminário”) ou por escrita (resenhas), resultados-sínteses das leituras dos textos indicados.

b) “Resolução de problemas”. Serão organizados grupos, que terão que, em sala, debater conjuntamente e apresentar soluções/análises sobre perguntas-problema, baseadas na realidade empírica de um caso concreto, que serão trazidas pelo docente. Espera-se que

os estudantes sejam capazes de fazer a ponte entre os marcos teóricos-metodológicos e a realidade empírica, aplicando os conceitos a casos concretos.

c) Um “Projeto de Intervenção”, escrito, de até 10 páginas (máximo), que demonstre a aplicabilidade de conteúdos vistos na disciplina aplicados empiricamente a algum caso concreto.

A avaliação será acordada com os discentes no início do semestre e mudanças na proposta aqui apresentada poderão ser realizadas, à luz de comentários e sugestões. Nesta ocasião, este plano de ensino será atualizado.

Têm-se como indicadores do aprendizado, entre outros, a demonstração da apreensão e do domínio sobre o conteúdo debatido em sala de aula, a capacidade analítica e a articulação entre teoria, método e realidade empírica.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, M. V. *Planejamento: introdução à metodologia de planejamento social*. São Paulo: Moraes, 1981.

BORDENAVE, J. D.; Carvalho, H. M. *Comunicação e planejamento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIACOMONI, JAMES; PAGNUSSAT, José Luiz (Org.). *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília, ENAP, 2006. (Vol. I e II).

PEREIRA, José Matias. Curso de Planejamento Governamental - Foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais. *Revista Brasileira de Contabilidade*, [S.l.], n. 207, p. 103, jul. 2014.

Bibliografia Complementar:

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo. In: Bresser-Pereira, L.C. *Globalização e Competição*, Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2010.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. *Formulação de políticas públicas*. Brasília: Enap, 2018.

CARDOSO JR, José Celso. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. *Texto para discussão IPEA*, n. 1584, 2011.

CARDOSO JR, José Celso. Política e planejamento no Brasil: balanço histórico e propostas ao plano plurianual 2016-2019. *Texto para discussão IPEA*, n. 2020, 2014.

CARLOMAGNO, Márcio. O que podemos responder pesquisando assessorias parlamentares? Agenda de investigação. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 88, n. 1, p. 1–20, 2019.

CAVALCANTE, P.; LOTTA, G. (Eds.). *Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação*. Brasília, DF: Enap, 2015

- COCCO JUNIOR, J. G.; FANTUCCI, S. A Capacidade técnica do Poder Legislativo: o papel das consultorias institucionais legislativas. *Revista do Parlamento Paulista*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 124-157, 2012.
- DE TONI, Jackson. A retomada do planejamento estratégico governamental no Brasil: novos dilemas e perspectivas. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*. v. 4, n. 1, 2014, p. 4-20.
- EGEBERG, M.; GORNITZKA, Å.; TRONDAL, J. People who run the European Parliament: staff demography and its implications. *Journal of European Integration*, Abingdon, v. 36, n. 7, p. 659–675, Nov. 2014.
- FIGUEIREDO FILHO, Wilson Bento; MÜLLER, Geraldo. Planejamento estratégico segundo Matus: proposta e crítica. In: GERARDI, Lúcia Helena de O.; MENDES, Iandara Alves (org.) *Do Natural, do Social e de suas Interações: visões geográficas*. Rio Claro: UNESP, 2002.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, 2000.
- LOPEZ, F. Introdução. In: LOPEZ, F. (Ed.). *Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro*. Brasília, DF: Ipea, 2015. p. 11-31.
- LOPEZ, F.; PRAÇA, S. Critérios e lógicas de nomeação para o alto escalão da burocracia federal brasileira. In: LOPEZ, F. (Ed.). *Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro*. Brasília: Ipea, 2015. p. 107-138.
- LUCCI, A. A. O assessoramento legislativo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 8, n. 31, p. 159-172, 1971.
- MENDES, F. Economia e desenvolvimento do Piauí. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Rev. Econ. Polit.*, v. 33, n. 2, p. 222-239, 2013 .
- PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.) *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea/Enap, 2018.
- PRAÇA, S. O lado desconhecido do Congresso. *Pública*, São Paulo, 30 mar. 2014.
- RIBAS, A. N.; SILVA, P. V. A natureza do assessoramento legislativo. In: BRASIL (Ed.). *40 anos de consultoria legislativa: consultores legislativos e consultores do orçamento*. Brasília: Edições Câmara, 2011. p. 17-25.
- SANTANA, R. N. M. Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos. Teresina: FUNDAPI, 2008.
- SANTOS, F.; CANELLO, J. Comissões permanentes, estrutura de assessoramento e o problema informacional na Câmara dos Deputados do Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 1127-1168, out. 2016.
- SANTOS, F. P.; MOURÃO, G. H. B.; RIBEIRO, G. W. Poder legislativo e suas consultorias institucionais. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 9, n. 14, p. 133-152, 2007.
- SOUZA, Antonio Ricardo de. As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública. *UNICiências*, v.8, 2004.
- SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 51, 2003.
- SOUZA, Celina. *Coordenação de políticas públicas*. Brasília: Enap, 2018.

Ao longo do semestre poderá ser disponibilizado aos discentes artigos e livros adicionais, que não estão apontados na bibliografia, mas que são considerados relevantes.